



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

PIQUET, ROSÉLIA

O EMPREGO INDUSTRIAL METROPOLITANO. E A NOVA DIVISÃO ESPACIAL DO TRABALHO NO BRASIL

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, núm. 3, outubro, 2000, pp. 97-110  
Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional  
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513952493007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# O EMPREGO INDUSTRIAL METROPOLITANO

E A NOVA DIVISÃO ESPACIAL DO TRABALHO NO BRASIL

ROSÉLIA PIQUET

**R E S U M O** *O texto apresenta e analisa as mudanças na estrutura industrial das Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, decorrentes das novas condições de competitividade em que se insere o País no presente.*

*No levantamento empírico elaborado, utiliza-se o emprego formal como indicador da estrutura industrial. Os dados foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais - Rais, Ministério do Trabalho, em relação ao período 1986-1996 e sua interpretação baseia-se nos campos de análise da localização industrial, das cadeias produtivas, da competitividade empresarial e, ainda, da organização espacial da produção.*

*O que se procura mostrar é que a maior abertura internacional e a fragmentação das cadeias produtivas têm fortalecido especializações regionais geradoras de focos dinâmicos, mesmo em áreas tidas como regiões-problema. As novas localizações, contudo, só se verificam nos segmentos mais leves da indústria, de menor densidade de capital e mais intensivos em mão-de-obra.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Localização industrial; organização territorial; regiões metropolitanas; mercado de trabalho.*

## INTRODUÇÃO

As profundas transformações que se vêm processando na economia brasileira têm provocado mudanças tecnológicas, gerenciais e nova formatação setorial. Nesse movimento também foram alteradas situações que marcaram durante muito tempo a organização espacial da atividade econômica e o tipo de vínculo existente entre as regiões. O território se cobriu de redes de fluxos, tangíveis e intangíveis, que intensificaram a relação entre as pessoas, as empresas e os lugares, facilitando a possibilidade de cooperação, mas aumentando também a competição. Algumas regiões de antiga tradição industrial perderam atrativo como localização diante do aparecimento de outras áreas emergentes.

Naturalmente, as conseqüências desse processo se fizeram sentir também no mercado de trabalho, provocando alterações na estrutura de emprego da economia, no padrão de remunerações e no perfil de demanda por mão-de-obra. Por se tratar do setor mais exposto à concorrência internacional, a indústria viu-se obrigada a proceder a um vigoroso ajuste produtivo. A face mais visível e negativa desse ajuste se constituiu em centenas de postos de trabalho eliminados no setor industrial brasileiro.

A crescente atenção dos meios de comunicação de massa ao tema do desemprego já tornou de domínio público vários aspectos das profundas transformações no mercado de trabalho brasileiro. De modo geral, entretanto, o tratamento dispensado a essa questão ameniza a gravidade dos impactos sociais das mudanças em curso. Nessas abordagens, o

desemprego é tratado como um fenômeno localizado e o principal impacto social parece resumir-se nas dificuldades de adaptação da mão-de-obra às novas exigências profissionais, o que seria contornado com (re)treinamento ou com mudanças de ramo ou de lugar.

Em contraposição, a observação da dinâmica econômica e social recente indica que os dramáticos problemas do mercado de trabalho, surgidos nos países avançados, já aportaram no Brasil e parecem ter vindo para ficar. Em consequência, sobre uma estrutura social já desigual e excludente, ampliaram-se o desemprego e as formas precárias de trabalho, tais como o trabalho sem carteira, o trabalho em tempo parcial, o de elevada rotatividade, etc. A quase totalidade dos textos que versam sobre a questão do emprego revela que os períodos recessivos, na década de 90, têm produzido *quedas significativas nos níveis de emprego formal*, não recompostas nos momentos de recuperação econômica, gerando níveis de desemprego cada vez mais elevados e crescente precariedade, notadamente nas regiões metropolitanas.

Hoje, formula-se um conjunto ainda preliminar de hipóteses sobre as consequências da reestruturação econômica nos padrões de localização da atividade industrial, posto que as alterações no padrão locacional induzidas pela revolução nos processos produtivos, pelas transformações na estrutura dos mercados e na organização das empresas embora já visíveis em muitos países desenvolvidos só começaram a aflorar em nosso País nos anos 90.

Assim, por meio da análise do comportamento do emprego industrial em quatro regiões metropolitanas brasileiras —, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo — o texto visa indicar as mudanças em curso na organização espacial da produção, decorrentes das novas condições de competitividade em que se insere o País no presente.

A escolha dessas regiões metropolitanas deve-se às seguintes razões: a de São Paulo, por tratar-se do núcleo da estrutura industrial brasileira; a do Rio de Janeiro, porque seu parque industrial estaria passando por um recente processo de modernização, afastando-se da qualificação de *parque decadente*; a de Fortaleza, por apresentar, nos últimos anos, um vigor econômico em indústrias tradicionais modernizadas, o que a coloca em posição de destaque no Nordeste; e a de Porto Alegre, por estar diretamente ligada à inserção do Brasil no Mercosul, portanto, com perspectivas de crescimento dentro das novas tendências mundiais.

## **OS NOVOS PADRÕES DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL – UMA SÍNTESE DAS DISCUSSÕES ATUAIS**

As sociedades do mundo desenvolvido experimentaram, nas últimas décadas, um processo de terceirização econômica, com uma progressiva transferência de empregos das atividades produtoras de bens materiais para as que provêm bens imateriais ou serviços. Esse crescimento do setor terciário, que chega a empregar uma proporção de trabalhadores oscilando entre metade e dois terços do total do emprego, segundo o País ou a região, passa a ser considerado um indicador positivo do progresso econômico e da evolução para uma sociedade do bem-estar. A presença cada vez maior dos serviços levaria a supor que as economias das grandes cidades teriam ultrapassado as suas bases *industriais* e entrado numa fase *pós-industrial*.

As teorias que buscam explicar o crescimento do setor de serviços remontam aos trabalhos de Colin Clark (1940). Sugerem a existência de uma tendência histórica de

caráter evolutivo, na qual as etapas essenciais do processo de crescimento econômico e de transformação social se dariam através da passagem das sociedades pré-industriais a outras, de caráter industrial e, mais tarde, às da fase pós-industrial. Do mesmo modo, ocorreria uma transferência de empregos dos setores em declive para os setores emergentes.

Essa visão linear do crescimento econômico passa a ser progressivamente contestada, e o *setor terciário*, ou de serviços, é considerado uma categoria *residual*, pois apresenta enorme heterogeneidade no que se refere à sua funcionalidade dentro do sistema produtivo, ao seu dinamismo e às suas pautas de localização. O fato de países tão díspares quanto a Bolívia, o Brasil, Israel e o Kuwait terem mais de 60% da população ocupada nos serviços é um fiel reflexo tanto da escassa utilidade desse conceito, como da dificuldade em associá-lo à noção de desenvolvimento. Torna-se então necessário distinguir os dois tipos de processos, com origem diferenciada, ambos convergindo para o crescimento acelerado dos serviços.

O primeiro relaciona-se às mudanças nas atividades industriais, com o correspondente aumento das tarefas prévias e posteriores à fabricação, como meio de racionalizar os processos produtivos e melhorar sua distribuição, elevando a eficiência global das empresas. Aumenta assim toda uma série de *serviços à produção*, que cada vez mais são realizados por empresas externas, em um processo de crescente divisão social do trabalho. Desse modo, se consolida um *continuum* entre indústria e serviços, no qual as novas formas do crescimento industrial são a chave explicativa para o crescimento dos serviços, característico das economias avançadas.<sup>1</sup>

O outro processo ocorre quando o terciário atua como *setor-refúgio*, capaz de absorver os excedentes de mão-de-obra mediante a expansão de atividades pouco capitalizadas e de baixa produtividade, com ocupações pouco qualificadas e de escassa retribuição (comércio varejista, serviços pessoais, administração pública...), bastante comuns nos países pouco desenvolvidos e com graves problemas de emprego.

Nos países e regiões de maior desenvolvimento, é inquestionável o aumento do número de profissionais e técnicos de alto nível, membros do que Galbraith, já em 1967, denominava de *tecnocrutura*. Ainda que, em termos *relativos*, as maiores taxas de crescimento estejam ocorrendo nos serviços à produção, na maioria dos casos — inclusive nos mais prósperos países e regiões —, a categoria que mais cresce em valores absolutos é o emprego de baixa qualificação, com escassas exigências de formação, de caráter precário ou autônomo, o que permite falar em um processo de *dualização ocupacional*.<sup>2</sup>

No caso brasileiro e do ponto de vista da presente análise, muitas das grandes empresas verticalmente integradas estão sendo levadas, pela pressão do mercado, a se separar das atividades complementares que exerciam, para comprá-las no mercado concorrencial a menor preço. Assim, muitas atividades passam a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, cooperativas de produção, etc., o que transforma um certo número de postos de trabalho de *empregos formais* em *ocupações* que deixam de oferecer as garantias e os direitos habituais. A expressão *precarização do trabalho* descreve adequadamente o que está ocorrendo, pois, como afirma Singer (1998, 25), “o emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades”.<sup>3</sup>

A essa *divisão social do trabalho* associa-se uma nova divisão espacial, porquanto a possibilidade de fragmentar as cadeias produtivas industriais permitiu não só que se redistribuíssem os empregos existentes, como também seu padrão de qualidade, constituin-

**1** Ver a respeito desse ponto o texto La importancia de los servicios a la producción en la nueva política regional de Del Rio e Cuadrado, em Curbelo et alii, *Territorios en Transformación. Análisis y propuestas*, Fondo Europeo de Desarrollo Regional/CSIC, Madrid, 1994.

**2** Foi só a partir da década de 80 que as profundas transformações que vive o mundo do trabalho provocaram uma renovação nos estudos geográficos. Um dos primeiros nomes dessa renovação é o de Doreen Massey, que levanta a existência de uma nova divisão espacial do trabalho como resultado do processo de mudança social e reestruturação do capitalismo. Aos interessados em aprofundar essa questão, cabe uma consulta ao texto de Massey, *Spatial divisions of labour: social structures and geography of production*, MacMillan, Londres, 1984.

**3** Sobre os conceitos de emprego/ocupação/precarização, ver textos de Paul Singer e Eduardo Mattoso, citados na bibliografia.

do a chamada *nova divisão espacial do trabalho*. Esse processo verifica-se tanto no plano internacional (entre países) como no interior das fronteiras nacionais.

Estudos para os países desenvolvidos vêm indicando que áreas de antiga tradição industrial registraram um retrocesso dessa atividade, em benefício dos *eixos industriais* — onde geralmente se implantam empresas que necessitam de grandes superfícies, de boa acessibilidade e de solo barato — e dos *sistemas produtivos locais*, formados basicamente por pequenas e médias empresas, surgidas a partir de iniciativas locais, especializadas em algum tipo de atividade ou produto, o que confere *personalidade* às áreas onde se localizam (o calçado, o móvel, a moda).

Essa *deslocalização* estaria ocorrendo, sobretudo, nas indústrias que utilizam tecnologias convencionais, empregam grande quantidade de mão-de-obra e operam em mercados concorrenciais, enquanto os setores que realizam um maior esforço de inovação e registram aumentos da demanda global (química, informática, telecomunicações, instrumentos de precisão), tenderiam a permanecer nas metrópoles. Esses estudos destacam, ainda, o aumento das *deseconomias externas* nas grandes cidades em face dos custos inferiores existentes em espaços menos densos e cada vez mais acessíveis e que contam com uma menor organização de sua força de trabalho.

Vê-se que o processo de transformação que as grandes cidades e metrópoles vêm experimentando é altamente complexo. Esses espaços ainda reúnem as maiores vantagens competitivas: centros de pesquisa e de formação superior, amplos mercados de consumo e de trabalho, boa comunicação com redes internacionais, presença das sedes sociais das grandes empresas. Em conseqüência, dentro das áreas metropolitanas coexistem tendências contrastantes e espaços que evidenciam trajetórias opostas: a espaços fabris degradados contrapõem-se novas paisagens industriais de fisionomia bastante distinta da tradicional. Em palavras de López Groh, “a análise da evolução dos tecidos industriais se revela como um fator primordial para entender a crise das áreas metropolitanas, porquanto essa se manifesta fundamentalmente como uma crise industrial” (Groh, 1987,111).

A nova divisão espacial do trabalho não apresenta um caráter dicotômico entre países ricos e pobres, pois algumas grandes áreas metropolitanas dos países centrais não são apenas centros de funções econômicas de alto nível, mas igualmente centros de indústrias que vivem do trabalho clandestino e mal remunerado, alimentadas por uma mão-de-obra importada do Terceiro Mundo. Contrariamente, em certos países da periferia têm-se formado importantes aglomerações industriais em que predominam as atividades de tecnologia intensiva, onde rivalizam em dimensão e diversidade com muitas das regiões centrais.

Assim, o exame da composição setorial da indústria (também chamada de mix industrial) revelará (ou não) o poder da metrópole em continuar atraindo as linhas de produção de conteúdo tecnológico mais elevado ou que demandam mão-de-obra de maior qualificação. Em termos da localização espacial da atividade econômica, as conseqüências dessas mudanças são particularmente relevantes: por um lado, as imobilizações de elevadas somas de capital em instalações próprias na metrópole levariam as empresas a não planejarem desmobilizar os investimentos já realizados; por outro, as *expansões* tendem a ocorrer em outras localidades que não apresentem *deseconomias* de aglomeração.

Do mesmo modo, a análise do comportamento do emprego formal é relevante, uma vez que o seu declínio indica que um vasto segmento de trabalhadores, antes pertencentes aos quadros permanentes das empresas industriais, vem passando para um reservatório mal pago e mal organizado de trabalhadores, com as correspondentes conseqüências negativas para a vida metropolitana.

O levantamento empírico que se segue teve como base a discussão anteriormente desenvolvida, que se reporta aos campos de análise da localização industrial, das cadeias produtivas, da competitividade empresarial e, ainda, da organização espacial da produção.

## **AS MUDANÇAS OBSERVADAS – O EMPREGO INDUSTRIAL METROPOLITANO**

Conforme já especificado, utiliza-se o emprego formal como indicador da estrutura industrial metropolitana. Os dados constam da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Ministério do Trabalho, e cobrem o período de 1986 a 1996, último ano sobre o qual se dispunha de dados, quando da elaboração do texto. A montagem das regiões metropolitanas baseou-se no documento *Relação dos Municípios das Regiões Metropolitanas*, da Fundação IBGE. Foram organizados em dois subconjuntos espaciais: os municípios metropolitanos e os demais municípios dos Estados, sendo mantida a mesma composição territorial nos anos do período analisado, de modo a não alterar a base geográfica de análise.

A Rais levanta toda a informação relativa ao mercado de trabalho formal brasileiro. Os dados englobam um volume de 30 a 45 milhões de registros de trabalhadores por ano e de 4 a 7 milhões de estabelecimentos informantes. Os dados da Rais apresentam uma *vantagem* em relação a outras fontes secundárias de informações sobre o mercado de trabalho, porque permite a *desagregação* da indústria de transformação em *setores*, seguindo a classificação do IBGE. Assim, tem-se uma visão mais detalhada do mercado de trabalho industrial, o que possibilita avaliar as diferentes reações de cada setor às mudanças na economia. A seguir são descritos os dados levantados.

No Quadro 1, que apresenta os totais de postos de trabalho na indústria, fica evidenciada a marcante diferença de porte entre as regiões metropolitanas: Fortaleza detém apenas cerca de 5% dos postos de trabalho existentes na Região Metropolitana de São Paulo e é também a única região metropolitana que mostra crescimento na oferta de emprego industrial (4.279 novos postos) no período. Tal crescimento, entretanto, pouco representa, pois a perda de postos de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (onde foram eliminados 680.560 postos) é maior que a soma de todos os postos de trabalho nas demais metrópoles, em 1996.

Os Quadros 2 e 3 apresentam dados desagregados por setores industriais dos quais ressaltam algumas evidências sobre mudanças estruturais e espaciais. Embora os efeitos das mudanças sobre o nível do emprego sejam devastadores, são mais profundos sobre o núcleo da estrutura industrial brasileira, localizado na Região Metropolitana de São Paulo. A enorme perda de empregos nos setores mais sindicalizados da indústria pesada, aqueles que foram os *carros-chefe* do *II Plano Nacional de Desenvolvimento* (os de mecânica, de metalurgia, de material de transporte, de material elétrico e comunicações), que totalizou 377.025 postos de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo em apenas uma década, sem dúvida sinaliza a gravidade da situação não apenas do emprego nessa região, mas a do desempenho global da economia brasileira. Do mesmo modo, na RM do Rio de Janeiro as maiores quedas relativas também se dão nesse núcleo produtivo.<sup>4</sup>

Dois setores dos mais tradicionais da industrialização brasileira — o Têxtil e o de Alimentos e Bebidas — apresentam desempenhos divergentes. Enquanto o primeiro sofre queda acentuada dos níveis de emprego (corte de 177.676 postos nas quatro regiões metropolitanas), o segundo é o único que amplia a oferta (26.714 novos postos de trabalho).

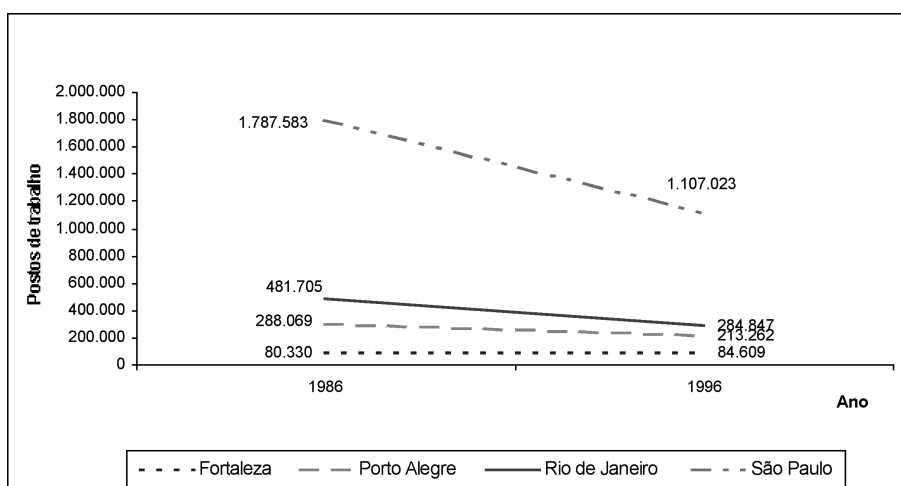
**4** O *II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND*, com vigência entre 1974-1978, deu continuidade ao projeto dos governos militares, cuja meta era internalizar a matriz industrial brasileira. O Estado Nacional desempenhava um papel ativo nesse processo, tanto por suas políticas explicitamente regionais, como pela ação de suas empresas estatais.

Quadro 1 – Totais de postos de trabalho na indústria

Regiões metropolitanas	Número de postos de trabalho		Variação entre 1986 - 1996	
	1986	1996	Valores absolutos	Variação percentual
Fortaleza	80,330	84,609	4,279	5%
Porto Alegre	288,069	213,262	-74,807	-26%
Rio de Janeiro	481,705	284,847	-196,858	-41%
São Paulo	1,787,583	1,107,023	-680,560	-38%

Fonte: Rais/MTb (tabulação da autora)

Gráfico 1 – Totais de postos de trabalhos na indústria



Quadro 2 – Postos de trabalho por setores industriais

Setores Industriais	RM Fortaleza		RM Porto Alegre		RM Rio de Janeiro		RM São Paulo	
	1986	1996	1986	1996	1986	1996	1986	1996
Extrativa Mineral	1.317	1.286	1.530	706	8.290	4.422	5.965	5.717
Mínerais não Metálicos	2.782	2.321	6.158	5.865	23.324	11.934	57.724	32.353
Metalurgia	6.556	4.463	36.788	22.736	36.508	24.363	246.759	138.399
Mecânica	1.737	1.195	26.849	17.686	27.665	13.311	155.252	94.288
Elétrica e Comunicação	1.449	1.355	10.298	6.265	25.315	9.939	184.825	75.468
Material de Transporte	549	1.022	7.633	6.872	28.379	12.012	230.577	132.233
Madeira e Mobiliário	3.000	2.961	8.726	5.835	21.072	9.429	58.435	31.090
Papel e Gráfica	3.562	3.516	14.805	13.356	43.255	32.414	115.887	104.408
Borracha, Fumo e Couro	2.815	1.684	29.029	18.559	53.424	16.278	143.651	64.856
Química	5.448	5.220	22.451	23.870	75.155	51.782	220.110	180.703
Têxtil	32.772	30.654	20.172	9.421	89.050	45.178	267.941	147.006
Calçados	1.797	3.722	85.643	62.980	5.151	2.009	14.414	4.192
Alimentos e Bebidas	16.546	25.210	17.987	19.111	45.117	51.776	86.043	96.310
Total	80.330	84.609	288.069	213.262	481.705	284.847	1.787.583	1.107.023

Fonte: RAIS/MTb (tabulação da autora)

Quadro 3 – Variação de postos de trabalho por setores industriais entre 1986 e 1996

Setores Industriais	RM Fortaleza		RM Porto Alegre		RM Rio de Janeiro		RM São Paulo	
	Postos	%	Postos	%	Postos	%	Postos	%
Extrativa Mineral	-31	-2,4	-824	-53,9	-3.868	-46,7	-248	-4,2
Minerais não Metálicos	-461	-16,6	-293	-4,8	-11.390	-48,8	-25.371	-44,0
Metalurgia	-2.093	-31,9	-14.052	-38,2	-12.145	-33,3	-108.360	-43,9
Mecânica	-542	-31,2	-9.163	-34,1	-14.354	-51,9	-60.964	-39,3
Elétrica e Comunicação	-94	-6,5	-4.033	-39,2	-15.376	-60,7	-109.357	-59,2
Material de Transporte	473	86,2	-761	-10,0	-16.367	-57,7	-98.344	-42,7
Madeira e Mobiliário	-39	-1,3	-2.891	-33,1	-11.643	-55,3	-27.345	-46,8
Papel e Gráfica	-46	-1,3	-1.449	-9,8	-10.841	-25,1	-11.479	-9,9
Borracha, Fumo e Couro	-1.131	-40,2	-10.470	-36,1	-37.146	-69,5	-78.795	-54,9
Química	-228	-4,2	1.419	6,3	-23.373	-31,1	-39.407	-17,9
Têxtil	-2.118	-6,5	-10.751	-53,3	-43.872	-49,3	-120.935	-45,1
Calçados	1.925	107,1	-22.663	-26,5	-3.142	-61,0	-10.222	-70,9
Alimentos e Bebidas	8.664	52,4	1.124	6,2	6.659	14,8	10.267	11,9
Total	4.279	5,3	-74.807	-26,0	-196.858	-40,9	-680.560	-38,1

Fonte: RAIS/MTb (tabulação da autora)

Tais desempenhos decorrem do fato de o setor têxtil apresentar marcada desigualdade intra-setorial, com poucas grandes empresas competitivas internacionalmente e um grande número de pequenas, bastante atrasadas tecnologicamente. Devido à concorrência das importações de tecidos baratos procedentes dos países asiáticos, um grande número de pequenas fábricas quebrou, sendo que somente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro foram fechados 1.071 estabelecimentos, entre 1990 e 1993. Contudo, esse quadro tende a mudar, uma vez que de 1990 a 1995, 20% das fábricas instaladas no País passaram por processos de modernização tecnológica e administrativa.<sup>5</sup>

Por sua vez, o setor de Alimentos e Bebidas beneficiou-se com o ganho de renda auferido pelas classes mais baixas com o fim da inflação, já que, devido à péssima distribuição de renda no Brasil, qualquer acréscimo de ganho das populações mais carentes é transformado em aumento de consumo. Como apenas 3% do mercado interno é abastecido pelas importações, conforme aponta *Made in Brazil*, o setor tem recebido crescente investimento de empresas estrangeiras, que apostaram na aquisição de marcas já conhecidas no País como a forma mais rápida e eficaz para montarem esquemas de abastecimento e se estabelecerem no mercado interno. Por sua vez, as empresas líderes locais estão se associando a empresas estrangeiras sem investimentos no Brasil, para terem acesso a reconhecidas marcas internacionais.

O Quadro 4, sobre a distribuição do emprego industrial entre as regiões metropolitanas e os demais municípios dos estados, evidencia que o grau de concentração industrial nas regiões metropolitanas é bastante diferenciado. Enquanto no Rio Grande do Sul e em São Paulo a indústria se distribui praticamente na mesma proporção entre interior e metrópole, no Ceará e no Rio de Janeiro o grau de concentração metropolitana é elevado. Ao longo do período, contudo, houve tendência à desconcentração.

No Quadro 5 e no gráfico correspondente, pode-se observar que os municípios não-metropolitanos dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul apresen-

<sup>5</sup> Sobre a variação do número de estabelecimentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ver Rosélia Piquet em *O parque metropolitano do Rio de Janeiro* ganha novo perfil e emprega menos. Sobre a questão da modernização, cabe consultar Lia Haguener et alli, *Made in Brazil*, citados na bibliografia.



tam quedas nos postos de trabalho que, contudo, são inferiores às observadas nos municípios metropolitanos. Mais uma vez convém registrar o comportamento diferenciado do Estado do Ceará, o único a apresentar aumento do número de postos de trabalho.

O Quadro 6 contém dados dos municípios não-metropolitanos por estados e permite aquilatar como as mudanças em curso vêm afetando os diversos subespaços do território brasileiro. O Ceará firma-se como uma nova opção locacional para a indústria dos ramos tradicionais, em que o interior cresce mais significativamente que a Região Metropolitana de Fortaleza. O Rio de Janeiro apresenta as maiores quedas, tanto em sua região metropolitana quanto no interior. Rio Grande do Sul e São Paulo apresentam comportamentos semelhantes, com as respectivas metrópoles perdendo posição para o interior. A economia rio-grandense sempre teve cidades interioranas de destaque, dadas as características de sua colonização, baseada na agropecuária, produção vinícola e rizicultura. O interior paulista deve parte de seu crescimento às deliberadas políticas de descentralização empreendidas por sucessivos governos estaduais.

Quadro 4 – Distribuição do emprego industrial, 1986-1996

Estados	1986				1996					
	Total Estado		RM		Restante Estado		RM		Restante Estado	
	Postos	Postos %	Postos	Postos %	Postos	Postos %	Postos	Postos %	Postos	Postos %
CE	97,090	80,330 83	16,760 17		110,996	84,609 76	26,387 24			
RS	575,372	288,069 50	287,303 50		481,613	213,262 44	268,351 56			
RJ	610,312	481,705 79	128,607 21		379,993	284,847 75	95,146 25			
SP	2,860,533	1,787,583 62	1,072,950 38		2,003,021	1,107,023 55	895,998 45			

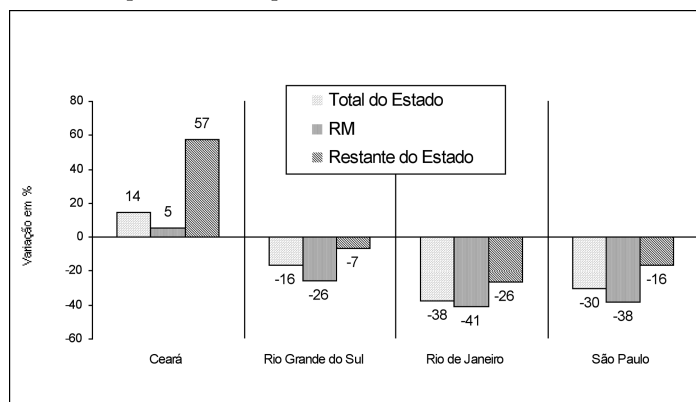
Fonte: RAIS/MTb (tabulação da autora)

Quadro 5 – Variação percentual do emprego industrial entre 1986 e 1996

Estados	Total do Estado	Região Metropolitana	Restante do Estado
	%	%	%
Ceará	14	5	57
Rio Grande do Sul	-16	-26	-7
Rio de Janeiro	-38	-41	-26
São Paulo	-30	-38	-16

Fonte: Rais/MTb (tabulação da autora)

Gráfico 5 – Variação percentual de postos de trabalho, 1986-1996



Fonte: Rais/MTb

Quadro 6 – Postos de trabalho nos demais municípios dos Estados

Setores Industriais	Ceará			Rio Grande do Sul			Rio de Janeiro			São Paulo		
	1986	1996	Dif.	1986	1996	Dif.	1986	1996	Dif.	1986	1996	Dif.
Extrativa Mineral	304	1,649	1,345	4,938	3,218	-1,720	8,771	10,653	1,882	8,812	9,459	647
Minerais Não-metálicos	3,603	2,167	-1,436	8,964	7,410	-1,554	30,467	6,649	-23,818	64,405	53,500	-10,905
Metalurgia	176	646	470	21,593	21,464	-129	14,303	27,025	12,722	94,182	83,163	-11,019
Mecânica	118	200	82	28,974	16,926	-12,048	2,415	597	-1,818	110,679	67,876	-42,803
Elétrica e Comunicação	2	6	4	2,630	6,367	3,737	371	285	-86	54,548	40,171	-14,377
Material de Transporte	0	78	78	11,314	11,969	655	9,259	3,265	-5,994	87,991	75,399	-12,592
Madeira e Mobiliário	370	726	356	34,818	31,022	-3,796	2,651	2,507	-144	53,471	42,209	-11,262
Papel e Gráfica	252	417	165	6,803	7,921	1,118	5,494	3,781	-1,713	39,749	46,158	6,409
Borracha, Fumo e Couro	1,715	760	-955	22,974	21,570	-1,404	5,104	1,920	-3,184	65,163	42,734	-22,429
Química	1,069	539	-530	9,515	10,313	798	8,608	5,519	-3,089	76,542	81,531	4,989
Têxtil	2,876	4,683	1,807	20,281	12,250	-8,031	16,677	13,091	-3,586	167,337	111,079	-56,258
Calçados	136	6,240	6,104	52,585	53,655	1,070	258	52	-206	67,460	36,291	-31,169
Alimentos e Bebidas	6,139	8,276	2,137	61,914	64,266	2,352	24,229	19,802	-4,427	182,611	206,428	23,817
Total	16,760	26,387	9,627	287,303	268,351	-18,952	128,607	95,146	-33,461	1,072,950	895,998	-176,952

Fonte: Rais/MTb (tabulação da autora)

6 Nos últimos anos, a discussão sobre a dinâmica e a estrutura do mercado de trabalho extrapola os termos que dominaram o debate nos anos 70. As novas condições dos mercados de trabalho urbanos não são mais explicáveis e/ou mensuráveis pelos critérios adotados tradicionalmente com base nas diretrizes estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho durante os anos 50-70 e estão exigindo a construção de novos indicadores.

7 *Qualidade do emprego* é um assunto que vem sendo muito debatido na área da economia do trabalho. O bom emprego seria o emprego de contrato regular, de tempo integral e duração indefinida, formalizado na carteira assinada e que está associado a regras de demissão e a outras formas de proteção. Já os diagnósticos oficiais procuram minimizar as adversas relações salariais vigentes no Brasil por meio de uma verdadeira apologia da informalidade, como é o caso de Edward Amadeo, especialista em economia do trabalho e Ministro do Trabalho entre março de 1998 e janeiro de 1999, que, em entrevista à revista *Veja*, de 15/4/98, afirma: *Quem vende uma mercadoria no sinal de trânsito não tem um emprego convencional, mas tem um trabalho e, portanto, uma renda. Não estou dizendo que isso é o ideal, mas quero deixar claro que o Brasil tem essa capacidade de se adaptar a coisas novas.*

8 Singer afirma que hoje, no Brasil, o exército de reserva é mais terciário do que industrial e não se compõe apenas dos que são vítimas do desemprego aberto (aqueles que estão ativamente procurando emprego), mas dos socialmente excluídos, que se sustentam por meio de ocupações precárias e são candidatos potenciais a empregos no setor formal da economia.

9 Os produtos cearenses são de menor valor agregado. O preço médio das exportações cearenses, em 1997, por exemplo, ficou em US\$ 3,59 o par, enquanto no Rio Grande do Sul, responsável por 88% das exportações, atingiu a marca de US\$ 11,60 o par. *Revista Exame*, n. 673.

Os dados apresentados indicam, inequivocadamente, que a indústria de transformação, no período estudado, passou por significativas mudanças quanto à sua importância como mercado de trabalho. Desde logo é oportuno ressaltar que os cortes no emprego formal não significam necessariamente uma redução da produção. Ao contrário, as mudanças tecnológicas e as melhorias na produtividade buscaram exatamente o aumento de produção sem o correspondente aumento de contratação de pessoal. Contudo, o emprego industrial formal é importante porque constitui o núcleo de assalariamento mais estável e com garantia de direitos trabalhistas.<sup>6</sup>

Existem hoje formas heterogêneas de inserção no mercado de trabalho as já não mais poderiam ser captadas adequadamente por meio do mero enquadramento tradicional entre *formal x informal*. Entretanto, para a maioria dos estudiosos do tema, o contrato formal de trabalho é considerado *melhor* do que o assalariamento informal porque proporciona a quem o tem um conjunto de proteções e benefícios.<sup>7</sup>

A intensa redução do nível do emprego formal indica, ainda, que as possibilidades de emprego e de recolocação têm-se restringido. O uso da subcontratação em substituição à contratação direta da mão-de-obra geralmente significa maior instabilidade e precariedade da ocupação. O desempenho negativo da indústria na sustentação do nível de emprego metropolitano foi compensado parcialmente por um aumento nas atividades de serviços e de comércio, mantidos por pequenos e médios negócios. Todavia, a capacidade de absorção do setor terciário tradicional encontra-se praticamente esgotada.<sup>8</sup>

## MUDANÇAS ESPACIAIS – A NOVA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO

A reorganização produtiva que vem provocando o progressivo ajuste na estrutura industrial tem afetado não apenas as relações existentes inter e intra-setores econômicos, como também as relações regionais. Formula-se um conjunto ainda preliminar de hipóteses sobre as alterações no padrão locacional, induzidas pela revolução nos processos produtivos e pelas transformações na estrutura dos mercados e nas formas de organização das empresas.

Utilizando-se outras fontes de informação além das apresentadas no item 3 pode-se afirmar, hoje, que o Ceará se perfila entre os estados que mais se desenvolvem no País. De 1990 para cá, cresce ao ritmo de 6,5% anuais, superior a mais que dobro da média nacional. A crescente busca de competitividade internacional transformou o Ceará em excelente localização. Para quem quer exportar são menos três dias de navio até a Europa ou os Estados Unidos, em comparação ao Sul.

O Ceará vem elevando sua participação na produção de calçados e a transferência de investimentos do pólo calçadista do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, para aquele estado já lhe propiciou a instalação de oito fábricas. Assim, a crise da indústria gaúcha de calçados foi transformada em aumento do emprego para o Ceará. Segundo dados da Grandene, que responde por 12% das exportações do setor calçadista, sua filial cearense apresenta uma vantagem *logística* pois a proximidade com os Estados Unidos possibilita uma redução de 35% no preço do frete.<sup>9</sup>

Os baixos custos salariais vêm funcionando como grande atrativo aos setores que empregam mão-de-obra de forma intensiva. Não por acaso, o Ceará se situa como o segundo parque têxtil do País, responsável por 17% da produção nacional. Para quem

se instala no interior, há ainda o benefício de prazos mais largos para o recolhimento do ICMS.

O crescimento do estado, baseado em indústrias tradicionais e em baixos salários, do modo como se vem realizando, leva alguns críticos a afirmarem que “no Ceará só se cria emprego de salário mínimo”. Contudo, o aumento da massa salarial tem gerado novas oportunidades de investimento nos setores não só industriais como nos de serviços e em infra-estrutura, o que tem promovido melhorias marcantes nos índices sociais e na disponibilidade de infra-estrutura. Como as fábricas instaladas são novas, modernas e mais produtivas, o estado garantirá alguma vantagem no cenário competitivo da atualidade.

O processo de mudança econômica na Região Metropolitana de Porto Alegre baseia-se, em grande parte, em montadoras de veículos que se encontram em fase de implantação, em duas fábricas de pneus e em dezenas de empresas fornecedoras. O setor químico, com a duplicação do III Pólo Petroquímico e da Refinaria Alberto Pasqualini, ganha investimentos da ordem de US\$ 1,6 bilhão, e o setor de fumo contará com US\$ 1,2 bilhão. Espera-se a criação de 150.000 postos de trabalho nos próximos sete anos. Em um estado até aqui caracterizado pela prevalência da pequena e da média empresa, praticamente sem multinacionais e sem grandes empresas públicas, esses investimentos trazem uma “descontinuidade” na evolução econômica da região. Some-se a isso a implantação do Mercosul, que vem definindo uma tendência de *arrasto* dos novos investimentos para o espaço ao sul de São Paulo.

Perdem posição os setores de alimentos e calçados que respondem hoje por 40% do faturamento industrial do estado, em que a indústria calçadista é a campeã na eliminação de postos de trabalho na metrópole. Contudo, segundo Barros de Castro, a Grendene, ao mesmo tempo que instala fábricas de calçados e sandálias no Nordeste, mantém seu *cérebro* no Rio Grande do Sul, onde define os rumos estratégicos, os novos *designs*, contrata consultorias, etc. Enquanto as trabalhadoras do Ceará levam para casa um salário mínimo, o salário médio no Sul é seis vezes maior.<sup>10</sup>

Com relação à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os dados indicam que a indústria de transformação passou por significativas mudanças quanto à sua importância como mercado de trabalho, o que, conseqüentemente, vem contribuindo para a queda na qualidade da vida metropolitana. Todavia, no quadro urbano brasileiro, o lugar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é dos mais controvertidos. Os municípios que a compõem apresentam extrema heterogeneidade, variando desde aquele situado em quarto lugar em qualidade de vida do País até os nacional e internacionalmente conhecidos pela violência a que suas populações estão expostas.

Assim, a instalação do Teleporto e as obras do Parque Tecnológico de Xerém, investimentos compatíveis com a nova dinâmica econômica da era da competitividade globalizada, contrastam com os *cinturões de ferrugem* da periferia metropolitana, onde habitações de baixa renda convivem lado a lado com indústrias decadentes.

O interior do estado, sempre *apagado* diante do brilho metropolitano e detentor até então de uma participação significativa apenas em indústrias dos setores Extrativo Mineral (Petrobrás, ao norte do Estado), Minerais Não-Metálicos (Votorantim, Lafarge e Holderbank, empresas cimenteiras localizadas também ao norte) e Metalurgia, devido à presença da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, vive a expectativa de ganhar dinamismo graças à instalação de um pólo automotivo (com a presença das montadoras Volkswagen e Peugeot-Citroën e uma fábrica da Michelin, produtora de pneus) no sul do Estado.

<sup>10</sup> Antônio Barros de Castro, op cit. p.135.

A poderosa Região Metropolitana de São Paulo continua na liderança da produção industrial do País, mas começa a dividir essa posição com o interior do Estado, já há algum tempo o segundo parque industrial brasileiro. Nesse movimento, configura-se um novo mapa estadual, em que a unidade fabril muda de endereço, enquanto a gestão permanece na capital. Desse modo, a eliminação de 680.560 postos de trabalho do setor industrial não significaria, necessariamente, sua entrada em uma fase de decadência, posto que decorreria de um processo de transformação. A uma infra-estrutura incomparável, São Paulo junta o diferencial da alta qualidade do ensino e da formação de mão-de-obra, o que ajuda a explicar o fato de o estado continuar sendo o principal foco de atração de projetos em áreas de alta tecnologia.<sup>11</sup>

Ao contrário do Rio, que ao desindustrializar-se não se converteu numa cidade de serviços, mesmo que nela tenham permanecido as sedes das grandes empresas estatais, do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a metrópole paulista estaria ultrapassando suas bases industriais e entrando numa fase pós-industrial, sediando os serviços de ordem superior, as sedes das grandes empresas, os centros de pesquisa e de formação superior, enfim o novo poder de comando da economia brasileira.

## TENDÊNCIAS A UM NOVO PADRÃO

Como ficou claro das análises apresentadas até aqui, o ambiente econômico brasileiro sofre grandes mudanças nos anos analisados. Forças novas — como a reestruturação produtiva do setor industrial privado e a ação ativa dos governos locais oferecendo incentivos — passam a atuar no sentido de romper o padrão dominante das últimas décadas.

A ausência de política industrial e regional do governo federal, que relega aos estados a disputa por novos investimentos, dentro de um contexto amplamente desfavorável, quer pelo baixo volume de investimentos, quer pelo imenso poder de barganha demonstrado pela grande empresa no novo cenário internacional de globalização, assumiu proporções de “guerra fiscal”, em que os estados procuram atrair a qualquer custo grandes empresas para neles se estabelecerem.<sup>12</sup>

A maior abertura a articulações internacionais e os diversos fatores que estimulam a fragmentação das cadeias produtivas têm fortalecido especializações regionais geradoras de focos dinâmicos, mesmo em áreas consideradas apenas regiões-problema. A antiga divisão espacial do trabalho no território brasileiro, onde a Região Metropolitana de São Paulo era o centro irradiador do processo de desenvolvimento nacional e que permitiu a formação do mercado nacional, encontra-se em franco processo de mudança.

As mudanças locais, contudo, só se verificam nos segmentos mais leves da indústria, de menor densidade de capital e mais intensivos de mão-de-obra, como é o caso dos setores de calçados e têxtil, que se deslocam para o Nordeste. Uma parcela importante dos segmentos produtivos que definiram (e ainda definem) a dinâmica da economia nacional permanece concentrada no Sudeste. Observa-se, no entanto, que o setor metal-mecânico — no qual sobressai a indústria automobilística — apresenta uma localização bastante diferenciada da até então existente, altamente concentrada no ABC paulista. Ainda não está clara qual será a divisão de trabalho entre essas extensões e a base paulista tradicional. Como os novos investimentos são atualizados tecnologicamente, essa nova tendência poderia transformar o ABC paulista na *velha* área industrial do País.

**11** São Paulo tem diferenciais imbatíveis nas áreas de infra-estrutura. Dispõe de 26.000 km de rodovias asfaltadas, das quais 70% são de responsabilidade do governo estadual; 600 km do gasoduto Brasil—Bolívia passarão por 67 municípios paulistas, o que facilitará a instalação de indústrias interessadas em usar essa fonte barata de energia. A hidrovía Tietê—Paraná vai beneficiar mais 120 municípios que devem estruturar-se como pólos agrícolas ou industriais.

**12** O caso mais noticiado foi o da montadora Ford, que entrou em conflito com o Governador do Rio Grande do Sul e transferiu-se para Salvador, contando com excepcionais vantagens concedidas pelos governos da Bahia e Federal, por meio do BNDES.

As tendências devem ser relativizadas, posto que a importância industrial de cada uma das regiões metropolitanas estudadas é extremamente diferenciada, como evidenciam os dados apresentados. Destacando apenas dois exemplos, nota-se que o saldo líquido de postos de trabalho criados na Região Metropolitana de Fortaleza (4.279 para o total da indústria) é insignificante diante da perda de 680.560 postos da Região Metropolitana de São Paulo. Do mesmo modo, enquanto a RM de Porto Alegre perde 22.663 postos de trabalho no setor de calçados, são criados apenas cerca de 2.000 postos na RM de Fortaleza.

O trabalho industrial também mudou profundamente durante os anos estudados. No conjunto das regiões metropolitanas analisadas, foram extintos, apenas na indústria, cerca de um milhão de postos de trabalho formal. Desse modo, o emprego deixa de ser uma referência estável e uma garantia de integração à sociedade, o que permite afirmar que a grande transformação ocorrida nesses anos se traduz pela substituição de assalariados majoritariamente protegidos por assalariados cada vez mais fragilizados, ameaçados pelo desemprego. Esse último, em março de 1999, na Região Metropolitana de São Paulo, atinge o maior índice já apurado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), e representa 1,726 milhões de pessoas sem ocupação na região, o que corresponde a 20% da população economicamente ativa.

No passado, aqueles que estiveram à frente das lutas operárias eram explorados, mas não eram inúteis. Tanto é que, em parte, devido a essas lutas, o sistema de proteção ao trabalho foi implantado. Na atual fase, o medo de perder o emprego dos que estão trabalhando e a impossibilidade de (re)integração de grande parte da população economicamente ativa põem esse *excedente de mão-de-obra* em situação desesperadora, pois a importância do trabalho nunca é tão grande como quando não se tem trabalho.

**Rosélia Piquet**, economista, é professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
E-mail: rpiquet@alternex.com.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. "Ajuste produtivo e matrizes ocupacionais regionais na indústria brasileira: 1989-1994". *Série Estudos e Debates*, IPPUR/UFRJ, n. 18, jan. 1997, 1997.
- AMADEO, E., SCANDIUZZI, J. C., PERO, V. Ajuste empresarial, empregos e terceirização. *Economia Política*, vol. 16, n. 1 (61), p. 21-36, jan.-mars 1996.
- ARAÚJO, T. B. "Dinâmica regional brasileira nos anos 90: rumo à desintegração competitiva?" In: CASTRO, I. MIRANDA, M., EGLER, C. (Orgs). *Redescobrimo o Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BALTAR, P., DEDECCA, C., HENRIQUE, W. "Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil". In: MATTOSO, J. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil — modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- CASTEL, R. "As metamorfoses do trabalho". In: FIORI, J. L., LOURENÇO, M. S., NORONHA, J. C. (Orgs). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- CASTRO, A. B. "Limitações e potencialidades da nova safra de investimentos". In: MINERIO, A. S., ELIAS, L. A., BENJAMIM, C. (Orgs). *Visões da Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- CLARK, C. A. *The conditions of economic progress*. Londres: Macmilan, 1940.
- FLEURY, P., ARKADER, R. "Ameaças, oportunidades e mudanças — trajetórias de modernização industrial no Brasil". In: CASTRO, A. B., POSSAS, M. L., PROENÇA,

- A. (Orgs). *Estratégias empresariais na indústria brasileira — discutindo mudanças*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 15, p. 41-96, jun 1997.
- HAGUENAUER, L. et al. “Competição e internacionalização na indústria brasileira”. In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996.
- KON, A. “Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias”. *Economia Política*, v. 19, n. 2 (74), p. 64-83, abr-jun 1999.
- MASSEY, D. *Spatial division of labour: social structures and geography of production*. Londres: MacMillan, 1984.
- MATTOSO, J. E., OLIVEIRA, C. A. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil — modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- PACHECO, C. E. *Fragmentação da Nação*, São Paulo: UNICAMP/IE, 1998.
- PIQUET, R. “O parque industrial metropolitano do Rio de Janeiro ganha novo perfil e emprega menos”. In: PIQUET, R. (Org.). *Rio de Janeiro: perfis de uma metrópole em mutação*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000.
- SÁNCHEZ, J.-E. “Metropolização e modernidade”. In: SANTOS, M. et al. *Fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 3 ed., 1997.
- SANTOS, M. “A grande crise já se instalou”. In: MINERIO, A. S., ELIAS, L. A., BENJAMIM, C. (Orgs). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- SCOTT, A. “A economia metropolitana — organização industrial e crescimento urbano”. In: BENKO, G., LIPIETZ, A. (Orgs.). *As regiões ganhadoras: distritos e redes*, Portugal, 1994.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego — diagnóstico e alternativas*, São Paulo: Contexto, 1998.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas — a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- VERMULM, R. “Estrutura industrial brasileira”. In: PENNA, J. C. (Org.). *Em busca do futuro: a competitividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

**A B S T R A C T** *The text details and analyses the changes in the industrial system of the metropolitan regions of Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro and São Paulo arising from the new competitive conditions which this country is currently subject to.*

*For the purposes of the empirical study carried out, formal employment was used as a measure of the industrial system. The data came from the Annual Report on Social Information (Rais) of the Ministry of Labour relating to the period 1986-1996. Interpretation of the data was based on analysis of industrial location, production chains, company competitiveness and the geographical organization of production.*

*The intention was to show that greater openness to international connections and the fragmentation of chains of production has strengthened regional specializations, creating dynamic nuclei, even in areas said to be problem regions. This reorganisation, however, has taken place only in light industry which is labour intensive and has a lower capital concentration.*

**K E Y W O R D S** *Industrial location; territorial organization; metropolitan regions; labour market.*